

Empreendedorismo e ativismo cultural nas periferias brasileiras

Livia De Tommasi¹

Imprenditorialità e attivismo culturale nelle periferie brasiliane. *Le profonde trasformazioni accadute nella società brasiliana durante gli anni dei governi della coalizione guidata dal Partito dei Lavoratori (tra il 2002 e il 2016) hanno affettato significativamente le periferie delle grandi città. Nel testo descrivo alcuni aspetti di queste trasformazioni che riguardano in particolare l'entrata massiccia del mercato, con la diffusione di progetti rivolti a promuovere l'imprenditorialità, soprattutto tra i giovani. Se favelas e periferie sono sempre state considerate territori della povertà, della mancanza di servizi, della violenza, negli ultimi anni un nuovo regime discorsivo ha promosso l'immagine di questi luoghi come territori delle opportunità, celebrando le capacità "naturalmente creative" e imprenditoriali delle popolazioni locali, e in particolare dei giovani. A Rio de Janeiro, i governi hanno realizzato investimenti significativi rivolti a rilanciare l'immagine della città come "città meravigliosa", per attrarre turismo e investimenti internazionali. Sono anni di crescita economica e proiezione internazionale del Brasile del governo Lula. Anni in cui il Brasile viene scelto per ospitare le due più importanti competizioni sportive internazionali: i Mondiali di calcio del 2014 e le Olimpiadi del 2015. Grandi investimenti in infrastruttura, progetti di "riqualificazione urbana" ridisegnano la geografia delle grandi città. In questo contesto, le periferie sono oggetto di interventi pubblici e privati rivolti a stimolare le entrate del mercato e il diffondersi di "soggettività imprenditoriali", riconoscendo alle popolazioni locali la capacità di "sopravvivere alle avversità" grazie a capacità di innovazione, creazione, resilienza. In particolare, il campo della cultura diventa un settore strategico, sia per gli aspetti economici che politici. Nelle periferie si diffondono nuove figure di lavoratori: giovani artisti e produttori culturali. Se da un lato la loro visibilità e il loro relativo successo permettono di diffondere un'immagine più positiva delle periferie, dall'altro la capacità di intercettare queste manifestazioni e attività culturali da parte del mercato riduce il potenziale politico di questa affermazione. L'ampia diffusione di una retorica di celebrazione e stimolo al fare impresa produce dei cambiamenti significativi nelle forme di lavoro dei giovani. Pur essendo lavori precari, per i giovani lavorare nel settore della cultura ha significato poter realizzare attività lavorative gratificanti, perseguire il loro sogno di autonomia e scappare al destino da sempre riservato loro: diventare "soldati" nell'ambito del commercio di droghe o lavoratori sottopagati (soprattutto nel settore della costruzione civile). I giovani neri, abitanti delle periferie sono anche le vittime privilegiate di una "guerra alle droghe" che provoca ogni anno migliaia di morti. Per molti giovani, fare musica, teatro, danza, scrivere poesie, organizzare attività artistiche e culturali rappresenta una possibilità di lavoro e, allo stesso tempo, una forma di attivismo politico. L'affermazione identitaria (di neri, donne, lgbt, abitanti delle periferie) è un componente importante di questo attivismo, per uscire dalla riduzione al silenzio e dall'invisibilità alle quali queste popolazioni sono state relegate. Resta da vedere come queste forme di attivismo e di lavoro resisteranno all'onda conservatrice che travolge il paese, una congiuntura politica drammatica e francamente reazionaria che si propone colpire soprattutto i settori della popolazione che hanno osato sfidare i privilegi, il razzismo strutturale, la segregazione che da sempre caratterizzano la società brasiliana, nel momento in cui programmi e politiche pubbliche di finanziamento, stimolo, promozione saranno estinti.*

Entrepreneurship and cultural activism in brazilian peripheries. *Periferias, favelas, hills, areas of special interest, subnormal clusters, margins. There are several expressions used in Brazil to name regions of the city in order to demarcate their alterity in relation to the "centers".*

¹ Socióloga, Professora Associada do Curso de Bacharelado em Políticas Públicas e do Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

Place of the fault (of services, opportunities, public policies, State), of violence, of the "plundering" in opposition to the places of the city where the social life that matters. The peripheral regions have always been seen as places of "authenticity", of cultural richness, of the sonority of samba, of popular inventiveness, of struggle and resistance. In the last decade, this positive image has been fed by the diffusion and effervescence of artistic and cultural practices (hip hop, graffiti, sarahs, theater collectives, new dance styles, audiovisual production), as well as by a discursive regime aimed at celebrating "creative" abilities and the enterprising talents of its residents. In the context of neoliberal rationality, these supposedly "resilient" virtues became the model of "good practices". In the text, I propose to describe the peripheral cultural scene and its multiple assemblages, in the context of the profound transformations that occurred in Brazilian cities in the years of the governments of the Workers' Party. In particular argument about the emergence of a new figure of worker, the cultural entrepreneur activist and his "career would run," that is, the specific ways in which his work activities and militancy decline.

Keywords: periphery, favelas, Brazil, entrepreneurial spirit, cultural production, suburban cultures, young people.

Introdução

Em janeiro de 2002 Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse como Presidente da República Federal do Brasil. Ex-operário metalúrgico, líder da Oposição metalúrgica de São Paulo, o sindicato que protagonizou a luta contra a ditadura militar, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula representava a vitória de um projeto de conciliação entre a velha oligarquia, os setores conservadores que sempre comandaram a política brasileira, e as forças progressistas; ou seja, a possibilidade de conciliar uma agenda de redução da pobreza e das desigualdades, via intervenção do Estado, com a manutenção da ordem econômica neoliberal, sem entrar em conflito com as elites e os interesses financeiros. O significado do “lulismo” e das profundas transformações que ocorreram no Brasil durante os governos da aliança partidária liderada pelo PT são bem descritos nos livros do cientista político André Singer (2012, 2016 e 2018). Após quatro anos de governo e no auge da sua popularidade, Lula é reeleito presidente com 60,8% dos votos. Nesse contexto, o Brasil é escolhido para sediar os dois maiores eventos esportivos mundiais: a Copa do Mundo, em 2014 e os Jogos Olímpicos, em 2016. A aposta do governo na realização desses megaeventos está em sintonia com seu projeto de desenvolvimento centrado na realização de grandes obras de infraestrutura urbana, entre as quais: a construção de importantes centrais hidroelétricas, como a usina de Belo Monte construída na região amazônica do Rio Xingu, varrendo do mapa vilarejos e territórios indígenas, a ampliação de portos, aeroportos e da malha rodoviária, o polemico

projeto de reposição do Rio São Francisco e o programa Minha Casa Minha vida, voltado a reduzir o déficit habitacional através da construção de conjuntos habitacionais. O Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, lançado em 2007 e ampliado em 2010, condensa a escolha política por um crescimento econômico impulsionado através de ingentes investimentos públicos em infraestrutura. Todas essas obras foram bastante questionadas por parte da opinião pública mais crítica, sobretudo por causa dos impactos sociais e ambientais. O governo fazia também uma aposta arriscada em sua capacidade de administrar (sem desvios) os ingentes financiamentos necessários à realização das obras, assim como a relação com poderosas empreiteiras (Bezerra 2017). Como sabemos, foram essas “ligações perigosas” que corroeram os governos do PT e de seus aliados com acusações de corrupção que abalaram irremediavelmente a confiança da população.

As obras públicas necessárias à realização dos megaeventos esportivos redesenharam a geografia das grandes cidades brasileiras e em particular do Rio de Janeiro (Sanchez et al. 2014, Arantes, Vainer e Maricato 2000), cidade que se tornou, naqueles anos, a vitrine do sucesso econômico e político do governo federal, forte de uma aliança consolidada entre o PT e um dos partidos mais tradicionais da política brasileira, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) expressão do fisiologismo e do clientelismo que caracterizam desde sempre a política brasileira. Um político desse partido, Sergio Cabral Filho, foi governador do Estado de Rio de Janeiro por dois mandatos, entre 2007 e 2014, elegendo depois seu sucessor; em 2013, um movimento político inspirado no Occupy Wall Street, o “Ocupa Cabral”, denunciou os esquemas de corrupção nos quais ele estava envolvido e o uso da máquina estatal para interesses próprios; desde novembro de 2016 o governador está preso, acusado de corrupção e participação em grupos criminosos e condenado a 47 anos de reclusão. Entre 2009 e 2017 uma coalizão liderada pelo PMDB comandou também a Prefeitura Municipal da cidade de Rio de Janeiro, com o Prefeito Eduardo Paes (em 2018, candidato ao governo do Estado) e o vice-prefeito do PT Adilson Pires. A aliança entre o PT e o PMDB foi fundamental para a vitória do Lula nas eleições presidenciais e foi a ruptura dessa aliança que levou à derrocada do governo de

sua sucessora, Dilma Rousseff. O processo político que levou ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, foi denunciado internacionalmente como um golpe institucional, liderado pelo seu vice do PMDB, Michel Temer. Esses dados da história política recente são importantes para compreender o contexto em que ocorrem profundas transformações no tecido urbano das cidades brasileiras e especificamente em suas margens.

Os anos dos governos petistas foram, sem dúvida, anos de grandes transformações na sociedade brasileira. Nesse texto, pretendo apresentar alguns aspectos das transformações que ocorreram nas periferias das grandes cidades, tendo como plano de referência Rio de Janeiro e São Paulo, cidades onde morei e fiz pesquisa nos últimos 12 anos. Em particular, me proponho a descrever a cena cultural periférica e seus agenciamentos. Argumento, por fim, sobre o surgimento de uma nova figura de trabalhador, o ativista empreendedor da cultural e sua “carreira correria” (Silva 2018), ou seja, os modos específicos como se declinam suas atividades de trabalho e militância.

Periferias, favelas, morros, zonas de interesse especial, aglomerados subnormais, margens. São várias as expressões utilizadas, no Brasil, para nomear as regiões da cidade de forma a demarcar sua alteridade com relação ao “centro”. Como observa Ananya Roy, favela é uma metonímia de subdesenvolvimento, pobreza, marginalidade (Roy 2011). Geralmente considerada lugar da falta (de serviços, oportunidades, políticas públicas, Estado), da violência, da “espoliação” (Kowarick 1980) em contraposição aos lugares da cidade onde acontece a vida social que importa, onde existem escolas e serviços médicos de qualidade, cinemas, teatros, museus, oportunidades de trabalho, bancos, transportes públicos decentes, desenvolvimento, modernidade. Esse binarismo centro-periferia, ou favela-asfalto foi, no Brasil, tema central dos estudos urbanos. Em anos recentes, as visões dicotômicas têm deixado lugar para leituras que enfatizam o caráter relacional, a interdependência entre esses lugares (Telles e Cabanes, 2006, Telles, 2013). Assim, favela não é o oposto e sim o “exterior constitutivo” do asfalto (Roy 2011), representação invertida e, ao mesmo tempo, condição de possibilidade do “centro”. Olhar sobre as margens permite construir outro entendimento sobre o conjunto da cidade (Das, Poole 2004).

Além do que lugares da pobreza e da marginalidade, as regiões periféricas sempre foram vistas, também, como lugares da “autenticidade”, da riqueza cultural, da inventividade popular, de lutas e resistências (Valladares 2005, Kowarick 1988). No último decênio, essa imagem positivada tem sido alimentada tanto pela efervescência de práticas artísticas e culturais (rap, grafite, saraus de poesia, coletivos de teatro, novos estilos de dança, produção audiovisual), como por um regime discursivo voltado a celebrar as capacidades “naturalmente criativas” (Tommasi 2014b) e os talentos empreendedores de seus moradores. No âmbito da racionalidade neoliberal essas virtudes supostamente “resilientes” se tornaram modelo de “boas práticas”.

As transformações recentes desafiam a compreensão e as leituras sociológicas. Uma nova gramática precisou ser elaborada para dar conta de nossas observações, renovando os referenciais teóricos. Se a violência, o crime, a presença do tráfico sempre foram, e continuam sendo, elementos centrais na vida dos moradores das periferias e objetos de estudo privilegiados no âmbito das ciências sociais, as dinâmicas do mercado precisaram também ser melhor compreendidas (Telles 2010, Sciré 2012). Se as políticas públicas dos anos do “lulismo” permitiram a inclusão social de vastos contingentes populacionais até então relegados na esfera da sobrevivência e na invisibilidade da paisagem da pobreza, observamos que essa inclusão (que alguns interpretaram como ascensão de uma “nova classe C” – Neri 2011 e, por uma contraposição crítica, Pochmann 2012) estava acontecendo via acesso ao consumo, ao mercado (Leite 2015 e 2017, Tommasi 2014a) e não pela via da ampliação dos direitos e da cidadania. Pela primeira vez, os bancos abriram filiais nas favelas, onde programas de acesso ao crédito se multiplicaram, junto com programas de estímulo ao empreendedorismo e à formalização dos empreendimentos informais (Tommasi e Velazco 2013). Termos como empreendedorismo, empoderamento, criatividade, resiliência, potência da favela, viraram de uso comum nessa virada dos tempos.

Nos últimos anos, a retórica sobre empreendedorismo, no Brasil, foi insistente e difusa. Programas de rádio e TV, cursos, sites na internet, livros de auto-ajuda (Leite e Melo, 2008) nos aconselharam, nos motivaram, nos incitaram para que tenhamos sucesso em nosso empreendimento, qualquer que seja. No

livro que o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) utiliza em seu curso de formação ao empreendedorismo podemos ler que de cada oito brasileiros em idade adulta, um está abrindo ou pensando abrir seu negócio (SEBRAE 2002). “*Essa é a sua nova carteira de trabalho*” dizia a publicidade de uma maquininha para pagamento com cartão de crédito que o banco Santander veiculou na TV. As consequências dessa difusão, em particular sobre a população jovem, foram significativas. Em âmbito das políticas governamentais: “Quando se pensa em trabalho, se pensa em geração de oportunidades” me disse um membro do Conselho Nacional de Juventude durante uma entrevista. Essa frase sintetiza uma virada dos tempos. A ideia central é que cada indivíduo tem a responsabilidade de se aproveitar das oportunidades que aparecem no caminho. Aos agentes externos, especificamente ao Estado, cabe simplesmente oferecer (de forma difusa) essas oportunidades. Assim, o direito ao trabalho é transformado em geração de oportunidades. O termo oportunidade é sinônimo de ocasião, possibilidade. Toda uma série de traços de personalidade têm que ser coformados para aprimorar a capacidade dos indivíduos de aproveitar as oportunidades com agilidade. É o que o sociólogo inglês Nikolas Rose chamou de “self empreendedor”:

O vocabulário do empreendedorismo une a retórica política e os programas regulatórios às capacidades de ‘autodireção’ das pessoas. [...] Refere-se a uma série de regras para a conduta da existência diária de uma pessoa: energia, iniciativa, ambição, cálculo e responsabilidade pessoal. O self empreendedor fará da sua vida um empreendimento, procurando maximizar seu próprio capital humano, projetando seu futuro e buscando se moldar a fim de se tornar aquilo que deseja ser. [...] O empreendedorismo designa uma forma de governo que é intrinsecamente ‘ética’: o bom governo deve ser baseado nas maneiras pelas quais as pessoas governam a si próprias. (Rose 2011, p. 215).

Os indivíduos contemporâneos são incitados a viver como se fossem projetos, a tornar-se, cada um, empresário de si mesmo. No âmbito da racionalidade neoliberal, a autonomia do *self* é, ao mesmo tempo, objetivo e instrumento das estratégias de governo.

Nas favelas do Rio de Janeiro: “pacificação”, criatividade e inclusão pelo mercado

Antes a favela não tinha vez, agora tem voz, tem rede social e tem milhares de seguidores. (Publicidade televisiva da TIM)

Foi no âmbito dos governos de Sergio Cabral (governador do Estado) e Eduardo Paes (Prefeito) que a ideia de “cidade maravilhosa” voltou a nortear as representações sobre a cidade. Se o tema da violência, a presença do crime organizado, das facções rivais que se contendem o controle sobre o tráfico de drogas tinha pautado, nos últimos 20 anos, a agenda política e social da cidade e inclusive sua imagem no exterior (graças, também, ao sucesso internacional dos filmes “Cidade de Deus” de Fernando Meirelles e “Tropa de Elite I e II” de José Padilha), agora o Rio de Janeiro mirava a retomar a imagem de cidade linda, alegre, colorida, a cidade do carnaval e da sonoridade do samba, das grandes praias de areia branca com seu calçadão, da vista maravilhosa sobre a Baía de Guanabara. E a se projetar internacionalmente como “cidade de negócios”. Os empresários, naqueles anos, apostavam no crescimento dos setores do turismo, incentivado pela realização dos megaeventos, e da muito em voga “economia criativa” (Reis 2008), além do mais tradicional setor petrolífero. Eram os anos da descoberta das vastas jazidas de petróleo na camada do pré-sal e das enormes expectativas de crescimento econômico que essa descoberta alavancou.

O problema da segurança pública representava um entrave a esses planos de sucesso e projeção internacional da “cidade maravilhosa”. Assim, com grandes alardes e investimentos midiáticos foi lançado em 2009 um novo programa voltado a enfrentar a violência, associado à ideia de “pacificação” e inspirado no “modelo de sucesso” da “polícia de proximidade”, em particular na sua versão colombiana (Franco 2014, Cano, Borges e Ribeiro 2012). O secretário de segurança pública do governo do Estado, Mario Beltrame, anunciou a instalação gradual nas favelas da cidade de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), compostas por policiais recém-contratados (e, portanto, virtualmente alheios às práticas de extorsão, violência e conúbio com o tráfico que sempre caracterizaram a atuação da polícia nas favelas). No lugar do que fazer incursões esporádicas,

fortemente armadas (até com tanques de guerra) e violentas que sempre deixavam um rastro de sangue (Alves e Evanson 2013), os policiais se instalavam agora de forma permanente nas favelas, apostando na retomada do controle territorial, na fuga dos traficantes, no fim do uso ostensivo de armas de fogo por parte deles, na inibição do comércio de drogas e na consolidação de relações amigáveis com os moradores. Um significativo investimento em marketing procurava vender a imagem de policiais “do bem”, que atuam respeitando a lei na proteção dos moradores e até promovem atividades sociais, esportivas, recreativas, além de permitir e mediar a entrada nas favelas de investidores externos. Um programa chamado inicialmente “UPP Social” visava promover uma “escuta ativa” da população local, para coletar informações sobre as necessidades dos moradores, acreditando numa suposta “sinergia” entre os distintos órgãos de governo para responder às demandas e necessidades locais (Rocha 2018).

Minha pesquisa de caráter etnográfico nas favelas do Rio de Janeiro começou justamente em 2010, ou seja, logo após a instalação das primeiras UPPs. Durante cinco anos frequentei assiduamente Cidade de Deus, território² da zona oeste da cidade, e eventualmente visitei e participei de eventos organizados em outras favelas. As observações, as conversas com os moradores logo me fizeram perceber uma configuração social bastante distinta daquela usualmente descrita na literatura acadêmica e nas manchetes dos jornais: no lugar do que um território da pobreza, da falta e da violência, da exclusão e marginalização, encontrei um lugar atravessado por atividades econômicas e políticas pujantes. Observamos (Tommasi e Velazco, 2013) que a nova estratégia de policiamento que redefinía os termos dos conflitos armados, políticos e econômicos na cidade (Barbosa, 2012) era acompanhada pela produção de um novo regime discursivo sobre as favelas que celebrava as capacidades criativas e empreendedoras das populações locais, a riqueza de suas soluções para “sobreviver na adversidade” (na literatura especializada se fala de “resiliência”); programas e projetos, dos setores público, privado e privado não lucrativo (geralmente em combinação), eram introduzidos para estimular e suportar a atitude empreendedora da população local. Na retórica

² Cidade de Deus não é, a rigor, uma favela, mas um conjunto de conjuntos habitacionais. Só algumas regiões são consideradas, pelo IBGE, “aglomerados subnormais”, ou seja, têm as características que definem, para finalidades estatísticas, um território como uma “favela”. Mas, no imaginário da cidade e para os moradores, o lugar é uma “favela”.

oficial, as favelas passaram a ser celebradas como “territórios das oportunidades”³. Os jovens, em particular, eram alvo privilegiado de iniciativas que visavam estimular e, supostamente, fornecer os instrumentos para que atuassem como gestores, produtores, empreendedores, especificamente no campo da cultura. Não somente os usuais cursinhos de formação, mas também editais e prêmios diversos visavam incentivar e financiar suas atividades empreendedoras no âmbito cultural.

Nas ruas da Cidade de Deus, as lojas renovavam seu visual e seu estoque de mercadoria, deixando de lado a aparência de “vendinhas” de mercadorias pobres para pobres, para se parecer mais com as lojas chamativas dos shoppings centers. Numa das esquinas principais do bairro apareceu uma faixa com a escrita “a Cidade de Deus agradece a chegada do Bradesco”, ou seja, de uma agência do mais importante banco privado do Brasil, o primeiro a se instalar na favela. Caminhando pelas ruas podíamos ser abordadas por vendedores oferecendo créditos para comprar uma moto, a assinatura da TV digital ou um empréstimo livre. Também foi realizado o primeiro desfile de moda com as grifes produzidas na favela. As Igrejas evangélicas neopentecostais se multiplicavam, trazendo cultos voltados a propiciar o empreendedorismo entre seus seguidores, adeptos da chamada “teologia da prosperidade”, centrada no empoderamento pessoal via pagamento do dízimo (Mesquita, 2007).

Os “meninos”, ou seja, os “soldados” do tráfico, não circulavam mais armados pelas ruas principais da favela e durante muito tempo não se ouviram tiros. Os bailes funk, principal diversão popular nas favelas do Rio de Janeiro, passaram a ser fortemente controlados pelos policiais. Os jovens, sobretudo, eram alvo de controles constantes por parte dos policiais na entrada e na saída da favela, e por isso eram os que mais reclamavam pela presença das UPPs. A “paz” significava presença ostensiva da polícia armada, mais ou menos amigável ou agressiva dependendo do estilo pessoal do comandante da UPP local. Mesmo assim, durante um bom tempo o programa de “pacificação” gozou de um significativo apoio por parte da população da cidade, de jornalistas e

³ “Favela é oportunidade” é o título de um programa e de uma série de publicações organizados pela prestigiosa entidade Fórum Nacional/Instituto Nacional de Altos Estudos (www.forumancional.org.br), organização presidida pelo ex-ministro João Paulo Velloso.

pesquisadores. Nas favelas, os moradores eram mais desconfiados, achando que aquela “paz” não ia durar e por isso alguns, sobretudo os mais engajados politicamente, tomavam cuidado para não mostrar publicamente alguma proximidade com os policiais. Em todo caso, para todo mundo era, sem dúvida, um ganho não ter que conviver com tiroteios constantes.

A “pacificação” permitiu a entrada de agentes externos até então alheios ao ambiente da favela. A presença de projetos de ONGs, fundações empresariais, programas estatais, pesquisadores se multiplicou. Obras públicas ligadas ao PAC se concentraram, sobretudo, em algumas favelas da cidade de grande visibilidade, como o Complexo do Alemão, situado próximo ao Aeroporto Internacional e no caminho para o sitio onde seria instalado o Parque Olímpico, e nas favelas da Zona Sul, próximas às renomadas praias da cidade (Copacabana, Ipanema, Leblon). O mapa da progressão da instalação das UPPs logo mostrou que o programa seguia um desenho evidente: “pacificar” as regiões da cidade mais interessantes do ponto de vista do mercado imobiliário e da instalação das obras necessárias à realização dos megaeventos esportivos. Assim, um “cinturão de segurança” mirava a isolar e proteger as praias e o estádio do Maracanã. Enquanto alguns pesquisadores tentavam demonstrar que a “pacificação” mirava principalmente a valorizar o mercado imobiliário, mais do que a reprimir o tráfico de drogas, no começo de 2013 a prefeitura surpreendeu todos distribuindo nas escolas uma versão do jogo “banco imobiliário” chamado “Cidade Olímpica” onde, numa das cartas da “sorte”, se podia ler: “seu imóvel foi valorizado após a pacificação da comunidade vizinha – receba 75.000”.

Nas favelas começaram a circular jeeps com turistas, no mesmo estilo daquelas utilizadas para fazer safári no deserto (Freire-Medeiros 2009). Os “favela tour” pipocaram, oferecendo aos turistas a possibilidade de gozar da linda vista sobre a Bahia de Guanabara a partir das lajes das casas situadas nas encostas dos morros, comprar algum objeto artesanal com os temas estilizados da favela, saborear o tempero popular e também, ao gosto, poder ser fotografados junto aos temidos traficantes armados (ainda presentes nas favelas não “pacificadas”) e assim gozar de um “turismo aventura” dentro da própria “cidade maravilhosa”. As associações de moradores e empreendedores locais buscavam descobrir em seus

territórios algum atrativo para os turistas como, por exemplo, a estatua de Michael Jackson instalada no lugar onde o músico filmou um videoclip, no morro de Santa Marta, ou o teleférico do Complexo do Alemão, construído com recursos do PAC, que durante o tempo em que funcionou serviu muito mais aos turistas, para poder olhar a cidade do alto, do que às necessidades de locomoção dos moradores.

Regularizar o comércio e o transporte informal foi uma das estratégias utilizadas para alavancar a economia nas favelas. Assim, os mototaxis, que na maioria das favelas representam o principal meio de transporte para os moradores, ganharam um colete com o logo do governo e foram premiados por ser modelo de “boa prática” de sucesso. Os moradores abriram pousadas, restaurantes, lojas de produtos artesanais que pudessem servir ao promissor setor do turismo. Através do programa de incentivo aos MEI (Micro Empreendedor Individual) os comerciantes podiam regularizar seus empreendimentos, pagar impostos e ganhar direitos sociais. Enquanto isso, o crescimento da economia nacional permitiu a ampliação sem precedentes do mercado de trabalho; junto com a oferta massiva de créditos isso alavancou o acesso ao consumo por parte da população mais pobre. Ampliando o mercado consumidor interno, a economia nacional continuou crescendo.

O aparente sucesso do programa das UPP começou a entrar em declínio em 2013, quando a morte do pedreiro Amarildo ocorrida nas instalações da UPP da favela da Rocinha virou tema central dos protestos que eclodiram na cidade no mês de junho daquele ano, assim como na maioria das grandes cidades brasileiras (Harvey et al. 2013). A partir de então, os recorrentes assassinatos de moradores por parte de policiais das UPPs mostraram que a “pacificação” não tinha eliminado a violência policial. O assassinato de DG, bailarino do Programa “Esquenta” da Rede Globo (programa televisivo voltado justamente a celebrar a ascensão da chamada “nova classe C”) por parte de policiais tornou manifesto que o envolvimento em atividades artísticas e culturais podia até representar, para alguns, uma alternativa viável para garantir o sustento econômico, mas não livrava os jovens negros moradores de favelas do risco sempre presente de entrar a fazer parte das estatísticas sobre o genocídio da juventude negra (IPEA 2017).

Já a partir dos anos 1990 projetos de ONGs se propunham a oferecer a

esses jovens, como “alternativas ao tráfico”, cursos de “capacitação” no âmbito de um indiferenciado campo da “arte e cultura”: vídeo, dança, música, grafite, teatro, substituíam os tradicionais cursos de “profissionalização”, com o intuito de “ocupar o tempo ocioso” e “disputar com o tráfico” os jovens para que eles se tornassem “trabalhadores” e não “bandidos”. Essas propostas de “cultura como antídoto”⁴ que retomavam a função civilizadora da cultura, adquiriram uma grande visibilidade, ultrapassando inclusive as fronteiras nacionais. A atuação desses jovens como “empreendedores culturais” devia, inclusive, preencher o vazio deixado pelos traficantes, até então os maiores promotores de atividades de lazer nas favelas (Tommasi, 2013 e 2014a).

Um programa que teve um considerável sucesso, inclusive no exterior, foi a Agência de Redes para a Juventude que oferecia aos jovens moradores uma bolsa de R\$100 por mês para frequentar um “Ciclo de Estímulos” ao final do qual eles deviam elaborar um projeto de intervenção sociocultural em seu território. O ponto de partida da Agência era o “desejo” dos jovens. Central, em seu discurso, a crença nesses jovens como uma população cuja “natureza é potente”: a iniciativa viria justamente para fornecer ferramentas, instrumentos, técnicas de gestão – ou, no léxico da Agência, “repertório” – para que os jovens pudessem desenvolver sua “subjetividade”. O projeto apostava na “ampliação das redes” como estratégia central para o sucesso dos empreendimentos culturais (Velazco 2014).

Na mesma direção, programas governamentais, como o “Favela Criativa”, visavam dar suporte e visibilidade às riquezas culturais existentes nas favelas. Gestado através de uma inédita parceria entre as Secretarias de Cultura e de Segurança do governo do Estado, o Favela Criativa foi anunciado no final de 2012 em resposta às queixas contra a criminalização dos bailes funk no âmbito das UPPs. O programa previa três ações: Edital do Funk, voltado a valorizar e exportar o funk como parte da “marca Brasil”, Mapeamento das ações culturais presentes nas “comunidades” (a maneira “politicamente correta” como se nomeiam, no Rio de Janeiro, as favelas) e Cursos de formação para agentes de cultura com o objetivo de “capacitar 700 jovens para que se tornassem

⁴ O “Antídoto - Seminário Internacional de Ações Culturais em Zonas de Conflito”, foi um evento anual organizado pelo Instituto Itaú Cultural em parceria com a ONG Afroreggae, que “aborda a força da arte e da cultura no combate à violência, seja em zonas devastadas pela guerra, seja em conflitos urbanos ou rurais” (cf. Folder da 5ª edição do evento).

empreendedores culturais, tendo melhores condições de concorrer a editais de incentivo à cultura”⁵. Vale notar que do comitê de seleção dos projetos fazia parte um major da polícia, além de acadêmicos e produtores culturais.

São Paulo: difusão e visibilidade das “culturas de periferia”

As imensas periferias da “cidade que nunca dorme” há muito tempo constituem o palco para inúmeras produções artísticas e culturais. Em particular, os quatro elementos da cultura Hip Hop, rap, grafite, break dance e DJ, tiveram uma grande difusão nas periferias da cidade, de onde surgiram importantes artistas, alguns dos quais adquiriram fama internacional, como os Racionais MC’s e seu líder Mano Brown, os rappers Emicida e Criolo, numerosos grafiteiros. Mas, foi no começo dos anos 2000 que a cena cultura da periferia ganhou força e passou a ocupar um lugar de destaque na programação cultural da cidade. Saraus de poesia, rodas de samba, batalhas de rima, grupos de teatro, espaços para projeção de vídeos autorais se espalharam graças, inclusive, à criação do VAI (Programa de Valorização de Iniciativas Culturais), um Fundo municipal que, a partir do ano de 2003, financia atividades artísticas e culturais de jovens. A expansão e a democratização do acesso à Universidade, uma das medidas mais significativas dos governos Lula, foi também um elemento importante que contribuiu para esta efervescência (D’Andrea 2013). Os artistas periféricos ganharam uma visibilidade e um reconhecimento significativo e inédito, inclusive na grande mídia, participando de programas de televisão, organizando números especiais de revistas literárias e coletâneas de editoras, sendo convidados a expor e se apresentar nos espaços consagrados da cidade.

A expressão “culturas de periferia” nasceu nesse contexto⁶. Em São Paulo, periferia é um termo cheio de conotações significativas, tanto no âmbito dos estudos acadêmicos como no cotidiano. O estudo das condições de vida dos moradores das periferias e suas formas de resistência são temas importantes da tradição sociológica paulista. Toda uma geração de acadêmicos da área se formou nessa perspectiva, a partir, em particular, dos estudos coordenados pelo sociólogo

⁵ Cf. , <http://www.favelacriativa.rj.gov.br/inscricoes-para-formacao-de-700-jovens-agentes-de-cultura/>

⁶ O documentário “Panorama – Arte na Periferia”, de Peu Pereira, mostra de forma bastante precisa a cena artística periférica paulista (<http://artenaperiferia.blogspot.com>).

Lucio Kowarick (Kowarick, 1980 e 1988). Nos anos 80, esses estudos focaram o que denominaram de “espoliação urbana”, ou seja, a situação de dupla exploração vivida pelos trabalhadores moradores das periferias, explorados nos lugares de trabalho e nos espaços de moradia: os baixos salários não lhe permitiam pagar os altos alugueis do mercado imobiliário e a falta de uma política de habitação social os condenava a recorrer a formas de moradias precárias em lugares distantes do centro e carentes dos serviços básicos que garantem condições de vida digna. Os estudos se voltaram também a mostrar como, nesses contextos, os moradores, sobretudo as mulheres, se tornaram atores políticos, organizando movimentos coletivos de reivindicação que protagonizaram as lutas por direitos e pela democratização do país (Sader 1988, Doimo 1995).

Na década seguinte, anos de afirmação das políticas neoliberais, a gramática dos direitos perdeu força (Oliveira e Rizek 2007); em seu lugar, dispositivos de gestão focalizaram seletivamente as populações consideradas “a risco”, propondo “soluções” técnicas específicas e de baixo custo que envolviam as organizações sociais (muitas delas herdeiras das associações protagonistas das lutas das décadas anteriores) na prestação de serviços (Feltran 2011).

Diferentemente do Rio de Janeiro, a cidade e o Estado de São Paulo sempre gozaram de uma significativa estabilidade política, garantida pela contínua presença no poder do PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro) que aplicou com muita diligência as receitas neoliberais, apostando nas parcerias público-privadas para a gestão dos serviços, na manutenção da ordem através da atuação da polícia (uma das mais violentas do mundo) e o encarceramento em massa (Godoi 2017). Algumas gestões do PT (1989-1993, 2001-2004, 2013-2016) no governo municipal realizaram importantes políticas de urbanização, ampliação e melhoria dos serviços públicos presentes nas periferias. Além disso, em São Paulo não existe a guerra entre facções criminais que espanta a cidade de Rio de Janeiro; ao contrário, a hegemonia conquistada por uma organização criminal (PCC-Primeiro Comando da Capital) garantiu, no último decênio, através de métodos de gestão bastante inovadores (Marques 2014, Biondi 2010), estabilidade e queda nos índices de homicídios. Mas, como no Rio de Janeiro, é sob o registro da “falta” e da “periculosidade”, da “marginalidade” e da

“segregação” que os bairros periféricos sempre foram objeto de interesse e de estudos (Caldeira 2000). Somente alguns poucos trabalhos, especificamente aqueles voltados a compreender as formas de vida dos jovens, olharam para as manifestações artísticas e culturais através das quais os moradores das periferias expressam sua indignação, denunciam suas condições de vida produto da desigualdade e da injustiça social (Sposito 1993, Abramo 1994). Assim, quando na metade dos anos 2000 as notícias sobre saraus, cineclubes, rodas de samba, grupos de teatro que aconteciam nas periferias transbordam as fronteiras dos espaços segregados e esses lugares começam a ser frequentadas por estudantes das regiões nobres da cidade e divulgadas nos meios de comunicação, algo novo pareceu estar acontecendo.

“A periferia está voltando! Pela arte os caras viraram o jogo”, escrevia em 2008 Eleilson Leite, coordenador do programa de cultura da ONG Ação Educativa, frequentador assíduo das manifestações culturais da periferia paulista.

Hoje, a cultura de periferia vem na contra-mão da história, desmontando os estigmas e os estereótipos que pesam sobre os arrabaldes. Nos becos e vielas do subúrbio pulsa uma arte original, criativa e vibrante. (...) A cultura na periferia surge como elemento aglutinador da comunidade. (...) E a comunidade, diferente do movimento de tipo reivindicatório, se expressa em função do que tem e não por aquilo de que carece. Sendo assim sua manifestação tem um potencial mobilizador de grande intensidade. A cultura gera movimentação social, desperta consciências, embrenha processos políticos, promove transformações. (...) Na periferia, sem arte não há transformação. E para transformar há que se produzir uma cultura própria, porque a “arte que liberta não pode vir da mão que escraviza”, como disse o poeta Sergio Vaz no brilhante manifesto da Semana de Arte Moderna da Periferia, evento emblemático realizado em novembro de 2007 em São Paulo. (LEITE 2008).

Ação Educativa foi responsável pela publicação da “*Agenda Cultural da Periferia*”, que desde 2007 divulga todo mês os eventos culturais que acontecem nas periferias da cidade. Entre eles, a produção literária ocupa, sem dúvida, um lugar de destaque (Peçanha 2009). Se a hegemonia musical do rap perdeu lugar para o funk e o grafite é hoje canonizado como linguagem artística “oficial”, com espaços dedicados em museus e exposições, a poesia produzida nas periferias paulista é, em boa parte, um novo produto da cultura Hip Hop (decorrente do seu

quinto elemento, o conhecimento). Como eles mesmos dizem, no lugar do que esperar que produtores culturais do “centro” valorizassem e colocassem no mercado suas produções, os escritores periféricos viraram produtores de si mesmos: produzem e vendem livros, organizam saraus e outros eventos para difundir suas obras. Também criaram empreendimentos que produzem riqueza, material e simbólica, para e na periferia. Essas iniciativas representam, também, um meio de sobrevivência, ainda mais significativo se consideramos que se trata de grupos sociais subalternos que geralmente têm acesso a postos de trabalho caracterizados pela baixa qualificação, remuneração e gratificação pessoal. Assim, a dimensão econômica dessas iniciativas se entrelaça com a dimensão política. Essa última é expressa claramente nas palavras do poeta Sergio Vaz: “O único espaço público que tem na favela é o bar. Você imaginou que a gente ia se acabar tomando cachaça? E a gente transformou os bares em centros culturais”⁷. Colocar um microfone a disposição para declamar um poema, ler algum trecho de uma obra própria ou de outros, significa legitimar o desejo e o direito à expressão de qualquer cidadão, independentemente da qualidade técnica e artística do que é apresentado.

Por sua vez, as rodas de samba, como o Samba da Vela em Santo Amaro, representam uma forma de voltar a valorizar o samba de raiz e escapar, assim, das amarras artísticas, políticas e mercadológicas das escolas de samba. Nesse âmbito é significativa a valorização da cultura negra e indígena brasileira.

Na área de cinema e vídeo (Aderaldo 2017), um impulso significativo tem vindo da grande difusão dos cursos de formação para produção audiovisual organizados no âmbito de projetos de ONGs e do setor público, com o intuito de “levantar a auto-estima”, ocupar o tempo livre e potencializar a capacidade de expressão dos jovens. A influência dos cursos de teatro ofertados no âmbito de projetos sociais tem algum reflexo, também, nas produções da sessão dedicada ao teatro da *Agenda Cultural*. Mas, nesse âmbito, opera também a herança significativa dos grupos de teatro da cidade, organizados em cooperativa, os primeiros a conquistarem um fundo público municipal voltado especificamente para sustentar suas produções.

⁷ Sérgio Vaz, no trailer do documentário “Curtas saraus” (<http://artenaperiferia.blogspot.com>, consultado em 3/12/2018).

Nessas produções, “ser” e “estar” na periferia são argumentos sempre colocados para legitimar a fala. Dessa forma, esses artistas se contrapõem a toda uma herança histórica de desapropriação da fala. Já que o produto traz em si as marcas fortes da identidade territorial, reivindicada e positivada por essa produção, a venda do produto implica na valorização do lugar. Expressões como “o mundo é diferente da ponte para cá” (a ponte é a que cruza a marginal, na zona sul da cidade), ou “periferia é periferia em qualquer lugar”, extraídas das letras dos Racionais Mc’s, são paradigmáticas dessa postura política. Afirmar com orgulho de “*ser da periferia*” é uma experiência inédita. Em São Paulo, a periferia é hoje valorizada como lugar onde se produz cultura e não somente violência e marginalidade. As últimas gestões municipais valorizaram bastante essas atividades, através de alguns programas de financiamento e incentivo a artistas e produtores. Recentemente, artistas e produtores periféricos se articularam politicamente e conseguiram fazer aprovar pela Prefeitura a criação de um programa específico de financiamento destinado a eles, chamado de “Fomento às periferias”. Mas, com as mudanças políticas na Prefeitura (a Lei de Fomento às periferias foi aprovada no final do mandato do Prefeito do PT, Fernando Haddad), o programa está sendo radicalmente redimensionado.

Jovens empreendedores culturais das margens das cidades

Em uma série de encontros organizados em 2004 para discutir o tema da inserção de jovens no mundo do trabalho, os jovens participantes, a maioria moradores da região Nordeste do Brasil e beneficiários de projetos sociais, reivindicaram o direito a ter um trabalho gratificante e do qual gostassem, um trabalho que mobilizasse capacidades e desejos; queriam que suas práticas no campo das artes e da cultura pudessem dar um retorno financeiro; trabalhar “sem patrão” era um desejo recorrente (Tommasi, Nogueira e Corrochano 2007). Ou seja, trabalhar com o que se gosta e se sabe fazer parecia, para muitos daqueles jovens, ser sinônimo de trabalhar com arte e cultura e como trabalhador autônomo. Com a multiplicação de editais, cursos de formação e incentivos diversos que visavam promover “jovens empreendedores da cultura”, pareceu nos últimos anos que o desejo daqueles jovens estivesse se concretizando. Tornar-se

um trabalhador da cultura pareceu ser uma “oportunidade” aberta mesmo para os jovens moradores das periferias. Uma alternativa viável à falta de emprego ou ao emprego em funções subalternas onde, inclusive, não é preciso ter um diploma universitário para alcançar um nível de remuneração decente (mesmo se precária).

Ao mesmo tempo, a crise das formas tradicionais de engajamento político, via partidos ou sindicatos, trouxe como alternativa a aposta em formas de ativismo horizontal, centradas no “fazer”, através de um “coletivo” onde as relações são, antes de tudo, afetivas. No livro “Multidões” Negri e Hardt defendem que o chamado trabalho imaterial produz novas subjetividades e redes de colaboração.

O trabalho imaterial só pode ser realizado em comum e está cada vez mais inventando novas redes independentes de cooperação através das quais produzir. (...). Essas características podem servir como um esboço preliminar da composição social da multidão que hoje anima os movimentos de resistência ao estado global permanente de guerra (HARDT e NEGRI 2005, p. 101).

Essa aproximação que os autores realizam entre trabalho imaterial e movimentos de resistência circulou, no Brasil, entre a academia e os ativistas e virou a principal matriz discursiva da galáxia de agentes, práticas, instituições defensoras do que podemos chamar de “ativismo cultural”, sobretudo entre coletivos e movimentos surgidos no contexto dos protestos de junho de 2013, mencionados acima. A grande repercussão que aquelas mobilizações tiveram na mídia graças também a algumas iniciativas de grande visibilidade (como a Mídia Ninja, que inundou as redes sociais com imagens ao vivo das manifestações, ou o coletivo Projetação que projetava nos muros da cidade do Rio de Janeiro escritas ou imagens enormes durante os protestos) lançaram com força a ideia de que o engajamento em atividades artísticas, culturais e de comunicação produz transformação social. Os jovens engajados nessas atividades prezam pela possibilidade de realizar um trabalho autônomo, atividades criativas (produzindo saraus literários em bares ou no meio da rua, pintando ou pixando muros, utilizando escadas ou becos para fazer cineclubes, produzindo fotografias, filmes, documentários com celulares ou tecnologia barata, fazer musica ou teatro embaixo de viadutos, desfiles de moda em escolas ocupadas, resignificando

espaços e habitando o direito à cidade) que consideram formas de resistência (ao estigma, ao mercado, à polícia, à normalização, à falta de “oportunidades” de trabalho remunerado).

O engajamento em atividades culturais deve também ser compreendido no contexto das políticas culturais promovidas pelos governos do PT.

Foi o mundo da cultura que primeiro aceitou o desafio de mudar. De criar um outro Brasil. Sem pobreza e sem a arrogância dos ricos, sem miséria definitivamente. É pela brecha da cultura que poderemos dar o salto do reencontro do país com sua cara. Um Brasil totalmente simples, mas radicalmente humano. O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura (Sergio Mamberti, *apud* Brant, 2003, pg.15).

A gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC) reivindicou para si o papel transformador que se esperava fosse a marca do primeiro governo do PT no âmbito federal. Como dizia o secretário da Identidade e Diversidade Cultural do MinC, Sergio Mamberti, através da “brecha da cultura”, o combate à pobreza, a gestão participativa e o respeito e valorização da “diversidade” permitiriam gestar um “outro Brasil”. “A opção por um conceito abrangente de cultura, dito ‘antropológico’”, comenta Albino Rubim, influente produtor do discurso que sustentou as ações do MinC, seria a marca de uma gestão que se propunha a fazer com que a política cultural deixasse de estar circunscrita à cultura erudita para abranger “outras modalidades de culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; da mídia audiovisual; das redes informáticas etc.” (Rubim 2007, p. 12). Essa perspectiva foi colocada em prática especificamente através da difusão de “Pontos de Cultura”: no âmbito do programa chamado “Cultura Viva”, pequenos financiamentos eram destinados a apoiar atividades culturais espalhadas em todo o território nacional e geridas autonomamente por entidades ou coletivos locais. Os Pontos se articulavam em redes e fóruns regionais (e nacional), que realizavam reuniões periódicas promovendo, assim, uma ampla circulação de gente, ideias, pautas (Turino 2009).

A questão identitária, em particular, teve um lugar de destaque. Diferentes programas visavam acionar definições identitárias de grupos “minoritários”,

ordenando as “diversidades” através de critérios de classificação muito variados: etários (jovens), étnicos ou de cor (indígenas, negros), de orientação sexual (gay, trans), de localização (rurais, periféricos) e outros mais aleatórios (pessoas com deficiência, doentes mentais). Esse acionamento identitário mirava a reforçar o imaginário de um país que construiu sua identidade nacional ao redor da ideia de convivência harmoniosa entre as raças. Ao mesmo tempo, o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir oficialmente a escravidão (1988), abolição que não foi acompanhada por políticas efetivas de inclusão que garantissem aos escravos libertos a possibilidade de viver em condições de igualdade; um país onde o “branqueamento” da população foi deliberadamente perseguido no começo do século passado através de uma vigorosa política de imigração (sobretudo de italianos), onde o racismo sempre foi um traço latente e estrutural da sociedade que determina a questão de classe (no Brasil, os pobres são pobres porque são negros, ou índios – Guimarães 2002). Nesse contexto, a valorização das culturas afro-brasileiras (e, em menor medida, indígenas) operada pelas políticas culturais recentes (e pelas políticas de afirmação positiva, sobretudo com a adoção de cotas para o acesso às universidades), nunca foi tão significativa, provocando transformações importantes no tecido social.

Mas, essas políticas de identidade tiveram, também, um caráter essencialista. Discutir a legitimidade do “lugar de fala”, promover o “resgate” da identidade, a valorização de uma determinada estética (os cabelos crespos, as roupas de cores fortes) tornaram-se experiências comuns.

George Yudice observa que no âmbito do processo de globalização a “diferença” tornou-se um valor; a reivindicação de especificidades e diferenças culturais é “conveniente” na medida em que multiplica mercadorias e confere direitos às comunidades. “Qualquer produto pode ser saturado de identidade”, escreve o sociólogo Paul Gilroy (2007, p. 124). Grupos minoritários são supostamente provedores de experiências fundamentais na construção de “ambientes criativos”. Este “culturalismo de mercado” (Arantes 2000) foi amplamente acionado no âmbito dos projetos de “requalificação urbana” implementados no Brasil graças à realização dos megaeventos esportivos. No Rio de Janeiro, por exemplo, a intervenção urbanística na região central do Cais do

Valongo e da Pedra do Sal visava transformá-la no símbolo da celebração da cultura afro, purificada de seus elementos religiosos. Manuel Delgado, antropólogo que se debruça sobre as transformações ocorridas na cidade de Barcelona⁸, pioneira em empreender grandes projetos de “requalificação urbana”, chama atenção para a representação da cultura como valor incontestável acionado no contexto desses projetos, “una instancia en cierto modo sobrehumana a cuyos efectos asignarle virtudes poco menos que salvíficas” (Delgado 2008, p. 6). São essas “virtudes salvadoras” que, como comentamos acima, foram acionadas no Rio de Janeiro dos megaeventos e das UPPs, com respeito aos sujeitos-problema que corporificavam, no imaginário social, o medo da violência: os jovens negros moradores das favelas. O recurso à cultura para solucionar problemas sociais não é uma invenção brasileira. George Yúdice comenta sobre o uso utilitarista da “arte e cultura” nos Estados Unidos: “melhorar a educação, abrandar a rixa racial, ajudar a reverter a deterioração urbana através do turismo cultural, criar empregos, diminuir a criminalidade (...), os artistas estão sendo levados a gerenciar o social” (2006 p. 29). Ele também discute como, no mundo globalizado, o papel da cultura expandiu-se como nunca antes para as esferas econômicas e política. Os organismos multilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, além da União Europeia) “começam a compreender a cultura como esfera crucial de investimentos, a cultura e as artes são cada vez mais tratadas como qualquer outro recurso” (Yúdice, 2006 p. 30). Nessa nova fase do capitalismo, as novas tecnologias, o trabalho imaterial, os bens culturais adquirem centralidade para o crescimento econômico, como propulsores de desenvolvimento. Da esfera econômica à esfera política, essa “conveniência da cultura” transforma a cultura em recurso para outros fins, a produção cultural em produção econômica e política relevante.

A cultura, portanto, assumiu em anos recentes novos e estratégicos papéis: recurso para o desenvolvimento, setor prioritário para os investimentos, ingrediente central nos projetos de “requalificação urbana” ou de valorização e “reapropriação” das identidades “locais” e/ou de “minorias”, solução para os

⁸ Cabe notar que Manuel Castells e Jordi Borja foram os idealizadores do projeto de “requalificação urbana” realizado no Rio de Janeiro, assim como dos projetos ambientados em Barcelona e outras cidades do mundo (Arantes, Vainer e Maricato 2000).

problemas sociais. É nesse contexto que deve ser situada a emergência e difusão, no Brasil, dessas novas figuras de trabalhadores, os “empreendedores da cultura”.

Em minhas pesquisas, procurei compreender como meus interlocutores, empreendedores jovens, artistas e produtores culturais, viviam e significavam suas práticas. Eles se mostravam entusiastas com o que faziam apesar da evidente precariedade de suas condições de trabalho. Procurei, portanto, ir além das leituras dicotômicas, que consideram o empreendedorismo exclusivamente como uma forma de precarização das relações de trabalho, de captura pela racionalidade neoliberal ou, ao invés, como conquista de autonomia e sucesso. Como caracterizar essa forma de trabalho? O que significa para esses jovens ser “trabalhador da cultura”?

Uma primeira observação é sobre a indiferenciação entre experiências, tempos e lugares, geralmente mantidos (e estudados) como distintos: trabalho, ativismo político, lazer, arte, diversão, lugar de moradia e espaço de trabalho são, na experiência desses jovens, completamente misturados. Na opinião deles, o trabalho é uma forma de lazer – gostam do que fazem e não trocariam isso por nada. A divisão entre trabalho e tempo livre não parece fazer sentido.

A remuneração é um atrativo significativo para esses jovens que ganham, em média, um pouco mais de um salário mínimo. De fato, eles andam muito, trabalham muito, fazem vários bicos ao mesmo tempo, não podem contar com um salário fixo e, por causa disso, dificilmente podem assumir, sozinhos, as contas de uma casa. Então, o que os atrai nesse tipo de atividades? A ideia de “trabalhar com o que gosto”, de se inserir no restrito (e elitista) mundo da arte e cultura, de não se submeter à tirania de um patrão. Um trabalho que teria o potencial de explorar as capacidades pessoais e promover a emancipação. De se relacionar com pessoas, frequentar lugares, estabelecer redes bem mais amplas do que a favela. Há, portanto, um sentido e uma busca forte pela auto-realização.

De fato, meus interlocutores não se enquadram nos conceitos ainda bastante utilizados no âmbito das ciências sociais para analisar a questão urbana: eles não são nem segregados nem marginalizados. Mesmo assim, continuam ocupando, no circuito da produção cultural da cidade, um lugar periférico. Eles têm clareza de que nesse circuito o dinheiro é decididamente concentrado nas

mãos de (poucos) grandes produtores. Além disso, os editais aos quais eles têm acesso geralmente exigem que realizem produções restritas aos territórios das favelas. “Eu não faço filme para ser mostrado em festivais de periferia. Eu faço filme, não de periferia.”⁹, me disse um jovem cineasta do Rio de Janeiro, Diego Bion. Evidentemente, a afirmação identitária pode virar uma etiqueta que limita as possibilidades de experimentação, tanto em termos estéticos como de conteúdo. Cinema de periferia deve ser, forçadamente, socialmente engajado e neo-realista? Como eles dizem “é difícil disputar a cidade”. A visibilidade acontece quando agentes externos (poder público, mídia, academia) procuram acionar um novo regime discursivo sobre a favela, argumentando sobre sua potência (contraposta à ideia de carência com a qual esses territórios foram historicamente estigmatizados), ou para ilustrar a valorização da “diversidade” na cidade ou mostrar novas formas de engajamento político dos jovens.

Sem dúvida, as trajetórias desses jovens são distintas daquelas da geração de seus pais, centradas na realização do sonho da casa própria, na preocupação com a poupança e a consolidação da estrutura familiar. Hoje, esses jovens casam tarde, demoram mais para ter filhos, moram com os pais bem depois de ter cumprido 30 anos e depois de ter casado. Esses marcadores (casar, ter filhos, manter seu próprio lar, ingressar no mercado de trabalho) que, antigamente, definiam a entrada na vida adulta, não são os que definem suas trajetórias de vida. Inclusive, muitas vezes não ter filhos é uma condição quase que indispensável para se manter nessa profissão. Muitos jovens, quando se tornam pais, precisam desistir e correr atrás de um trabalho que garanta uma remuneração estável; as opções, nesses casos, são bastante restritas, para alguém que não tem curso superior nem experiência de trabalho: peão de obra, trabalhador de Call Center ou segurança privado, algo muito distante do âmbito artístico e cultural.

Por outro lado, a suposta autonomia dos trabalhadores “por conta própria” faz com que, além de assumir os riscos, eles tenham que assumir o ônus do fracasso em termos de responsabilização individual: se o negócio não deu certo, é porque ele não foi um “bom empreendedor”, não tinha as qualidades e a ousadia

⁹ Debate na Mostra “*Angu à Francesa*” organizado pelo coletivo Mate com Angú em Duque de Caxias, em dezembro 2010.

necessárias. O peso subjetivo do fracasso é significativo, em particular para os jovens.

Trabalhar por encomendas, ou por “projetos”, implica em alternar períodos de trabalho intenso (geralmente, pouco remunerados) e períodos de não trabalho (não remunerado). Para todos aqueles que devem produzir seus “projetos” de trabalho, o tempo de não remuneração não significa tempo de não trabalho; ao contrário, é o tempo da criação, da invenção, da elaboração dos “projetos”, do investimento nas “redes” e na comunicação. A não remuneração nesses momentos produz grande incerteza, o sentimento de dever estar sempre “correndo atrás” para conseguir emplacar algum “projeto” nos “editais” e poder “pagar as contas”; para alguns, o risco real de cair na pobreza.

Por fim, parece haver uma linha sutil que liga o empreendedorismo ao sonho de autonomia que tem alimentado gerações de jovens desde o movimento punk, condensado no lema “faça você mesmo”. Uma vontade de trabalhar escapando à condição de subordinação. Uma forma de emancipação via acesso ao mercado que foi reivindicada, em particular, por setores do movimento negro e do movimento feminista (Silva 2017).

A apropriação que as práticas do capitalismo realizam do desejo de autonomia dos indivíduos, a valorização da iniciativa individual, não são novidades. Melhor dizer, retomando a discussão de Foucault sobre governamentalidade, “Governar em um meio de democracia liberal significa governar *por meio* da liberdade e das aspirações dos sujeitos, e não governar apesar destes” (Rose 2011, p. 216). Vários autores, e em diferentes contextos, têm apontado para as aproximações entre os discursos do liberalismo econômico e as utopias da esquerda. Ananya Roy, urbanista e antropóloga indiana, aponta as ambiguidades da ideologia do “faça você mesmo”, facilmente captável pelos discursos liberais (Roy 2011). Ela mostra, por exemplo, como os programas de microcrédito servem, ao mesmo tempo, como potentes vetores de financeirização da pobreza e como ancora de salvação para o capitalismo em crise. Mostra a proximidade com as receitas de Hernando de Soto (Soto 2001), que apresenta as favelas do Terceiro Mundo como uma “economia povoada por empreendedores heroicos”. A economia da favela é interpretada como um levante popular contra a

burocracia estatal, uma revolução vinda de baixo. Para ele, essas economias são ricas em ativos, ainda que sob a forma defeituosa do capital morto. O “mistério do capital” é a forma como esses ativos e inativos defeituosos podem ser transformados em capital líquido desencadeando, assim, novas fronteiras de acumulação de capital. São essas as receitas que foram seguidas, no Brasil, pelos programas de “formalização” dos empreendimentos. Não por acaso, o livro do Hernando de Soto, “O mistério do capital” era o livro de cabeceira dos meus interlocutores do SEBRAE, órgão público destinado a apoiar os pequenos empreendedores.

Para Isabel Lorey, as práticas de vida alternativa dos anos 70, o desejo de não se submeter à disciplina do trabalho salariado, a escolha por formas precárias de trabalho e vida pareciam realizar a possibilidade de manter uma maior autonomia e liberdade por meio da organização do próprio tempo, da autodeterminação. Mas, são precisamente essas formas de trabalho e de vida alternativas que se converteram, hoje, nas mais úteis em termos econômicos, pois favorecem a flexibilidade que exige o mercado de trabalho (Lorey 2008, p. 72). Como os jovens produtores culturais que encontrei nas favelas de Rio de Janeiro, os trabalhadores criativos às quais ela faz referência trabalham muito e para muitos projetos simultaneamente, ganham pouco, não tem garantias e investem o tempo de não trabalho em acumular uma grande quantidade de saber e “ampliar suas redes”. Tem que permanentemente “correr atrás”, continuar a “toda velocidad si no, te quedas fuera” (idem, p. 75). “Carreira correria” é uma expressão que, me parece, condensa as características dessas trajetórias.

Por outro lado, as fundações privadas viraram especialistas em programas de formação para o empreendedorismo. Junto com os valores da performance, da ativação permanente, da necessidade de criar “sua rede”, de se implicar afetivamente com o trabalho, elas difundem o uso de um léxico empresarial que é incorporado às práticas de trabalho e militância. A palavra “empoderamento”, por exemplo, é um termo do mundo empresarial que se difundiu com força, no Brasil, entre movimentos feminista, negros, GLBTT. Produzida no âmbito das tecnologias de gestão de negócios, enquanto uma tecnologia de engajamento pessoal que visava supostamente engajar os trabalhadores no destino de sua

empresa, essa “tecnologia” foi absorvida pelas ONGs internacionais (como a OXFAM) e pelos organismos multilaterais (o Banco Mundial) que, a partir da metade dos anos 90, colocaram em suas agendas desenvolvimentistas o “combate à pobreza”. Por meio dessas, chegou ao Brasil até Fundações e ONGs locais que tiveram um papel importante em difundir o conceito (e sua filosofia) entre jovens empreendedoras negras ou produtores culturais periféricos. A ARTEMISIA (fundação que apoia empreendedores e empreendedoras não somente financeiramente, mas, sobretudo, oferecendo intensas ocasiões de formação), por exemplo, tem como objetivo apoiar “o desenvolvimento de talentos e empreendedores na criação e desenvolvimento de negócios de impacto que ajudam a resolver os problemas sociais da população de baixa renda no Brasil.” Ela atua segundo o modelo da chamada “nova filantropia” que a Ashoka, e depois a AVINA (duas importantes fundações empresariais com um atuação significativa no Brasil) desenvolveram. É o modelo dos Fellows, ou seja, identificam “talentos”, pessoas que têm uma ideia inovadora, criativa, uma “tecnologia” que pode ter um impacto social. Essas pessoas recebem um financiamento pessoal e entram a fazer parte de uma rede de Fellows, “lideranças”, participam de encontros de formação, têm *coaches*. É uma estratégia de financiamento de projetos via promoção de modelos de sucesso, via fortalecimento de alguns projetos pessoais. São os que se apresentam em debates como o TEDx, onde o formato sugere a apresentação de si como um talento, um resiliente, um modelo de sucesso, um líder: em 10-15m ele narra sua experiência de inovação e sucesso. Uma retórica do sucesso (via inovação, criatividade, resiliência, empoderamento) que afirma uma visão de mundo. Ou, como dizem Dardot e Laval (2010), uma racionalidade.

Podemos considerar que as características da sociedade brasileira contemporânea que discutimos nesse texto, a difusão massiva do self empreendedor (Rose 1994) e da racionalidade neoliberal, o acionamento identitário, a inclusão via mercado, a facilidade de acesso aos créditos e, portanto, o endividamento generalizado, as novas formas de precariedade foram alguns dos fatores que concorreram a produzir a recente vitória do candidato de extrema direita nas últimas eleições presidenciais, com um amplo apoio popular, inclusive

dos setores sociais marginalizados (e que foram os que mais se beneficiaram pelas políticas sociais implementadas durante os governos petistas). Na atual, dramática conjuntura que se abre com essa vitória, será preciso observar como as situações de vida, trabalho e militância aqui descritas irão sobreviver, quando se anunciam retrocessos radicais no âmbito dos direitos sociais e das conquistas econômicas, um corte drástico das políticas sociais e culturais (inclusive com a extinção do Ministério da Cultura). A liberdade e a democracia estão ameaçados. A difusão da subjetividade empreendedora tornará muito mais árdua a tarefa de se organizar coletivamente? Como os militantes da cultura, os segmentos identitários, irão se engajar nas lutas pela defesa da democracia? Sem dúvida, na nova conjuntura será preciso reinventar práticas de resistência e de organização política. E, também, modificar nossas agendas de pesquisas.

Referências bibliográficas

- Abramo, H. W., 1994, *Cenas juvenis: punk e darks no espetáculo urbano*, ed. Scritta, São Paulo.
- Alves, M. H. M. e Evanson, P., 2013, *Vivendo no fogo cruzado: moradores de favelas, traficantes de droga e violência poli-cial no Rio de Janeiro*, Ed. da Unesp, São Paulo.
- Aderaldo, G., 2017, *Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre os coletivos culturais vídeo-ativistas nas "periferias" de São Paulo*, Annablume, São Paulo.
- Arantes, O., 2002, Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: Arantes, O., Maricato, E. Vainer, C. *A cidade do pensamento único*. Vozes, Petropolis.
- Arantes, O., Vainer, C. , Maricato, E., 2000, *A cidade do pensamento único*, Vozes, Petropolis.
- Barbosa, A. R., 2012, Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, 2012, p. 256-265
- Bezerra, M. O., 2017, Corrupção e produção do Estado, *Revista Pós-Ciências Sociais*, v. 14, p. 99-130.
- Biondi, K., 2010, *Junto e Misturado: Uma Etnografia do PCC*, Terceiro Nome, São Paulo.
- Brant, L., 2003, *Políticas Culturais*, Manole, Barueri.
- Caldeira, T., 2000, *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, Ed. 34, São Paulo
- Cano, I.; Borges, D.; Ribeiro, E., 2012, *Os donos do morro: Uma avaliação exploratoria do impacto das Unidades de Policia Pacificadora (UPP's) no*

- Rio de Janeiro, LAV/Banco de Desenvolvimento da América Latina/Heinrich Böll Stiftung, Rio de Janeiro.
- D'Andrea, T., 2013, *O sujeito periférico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Dardot, P., Laval, C., 2010, *La nouvelle raison du monde*, La Découverte, Paris.
- Das, V., Poole, D., 2004, *Anthropology in the margins of the state*, James Currey, School of American Research Press, Oxford, Santa Fe.
- Delgado, M., 2008, La artistización de las políticas urbanas. *Revista eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona.
- Doimo, A. M., 1995, *A Vez e a Voz do Popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, Relume-Dumará / ANPOCS, Rio de Janeiro.
- Feltran, G., 2011, *Fronteiras da Tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*. Editora da UNESP; CEM; CEBRAP, São Paulo.
- Franco, M., 2014, Upp – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Faculdade de Administração, UFF, Niteroi.
- Freire-Medeiros, B., 2009, *Gringo na Laje: Produção, circulação e consumo da favela turística*, FGV Editora, Rio de Janeiro.
- Gilroy, P., 2007, *Entre Campos: Nações, Culturas e Fascínio da Raça*, Annablume, São Paulo.
- Godoi, R., 2017, Experiência da pena e gestão de populações nas penitenciárias de São Paulo, Brasil, *Etnográfica*, vol. 21 (1), pp. 27-48.
- Guimarães, A. S. 2009, *Classes, raças e democracia*, Ed. 34, São Paulo.
- Hardt, M. & Negri, A., 2005, *Multidão: guerra e democracia na era do império*, Record, Rio de Janeiro.
- Harvey, D. et al., 2013, *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, Boitempo, Carta Maior, São Paulo.
- Kowarick, L., 1980, *A espoliação urbana*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____, 1988, *As lutas sociais e a cidade*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- IPEA, 2017, *Atlas da violência*, Brasília.
- Leite, E. 2008, *Boletim Juventude em Cena*, Ação Educativa, São Paulo.
- Leite, M. P., 2015, De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de. In: Birman, P., Leite, M. P., Machado, C., Carneiro, S. (Org.), *Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: ordens e resistências*. FGV Editora, Rio de Janeiro.
- Leite, M.P., 2017, State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. *Vibrant (Florianópolis)*, v. 14, p. 149-170.
- Leite, E., MELO, N., 2008, Uma nova noção de empresário: a naturalização do “empreendedor”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, p. 35-47.
- Lorey, I., 2008, *Gubernamentalidad y precarización de sí*. Sobre la normalización de los productores y las productoras culturales. In: AUTOR. *Producción cultural y prácticas instituyentes. Líneas de ruptura en la crítica institucional*, Traficantes de Sueños, Madrid.
- Marques, A. 2014, *Crimes e proceder: um experimento antropológico*, Alameda, São Paulo.

- Mesquita, W., 2007, Correndo atrás da prosperidade: Trabalho e empreendedorismo entre fiéis neopentecostais. *Ciencias sociales y religion/ciências sociais e religião*, Porto alegre, ano 9, n. 9, p. 195-215.
- Neri, M., 2011, *A Nova Classe Média*. Saraiva, São Paulo.
- Oliveira, F. D. e Rizek, C. S. (Orgs.), 2007. *A era da indeterminação*. Boitempo, São Paulo.
- Peçanha, E., 2009, *Vozes marginais na literautra*, Aeroplano, Rio de Janeiro.
- Pochmann, M., 2012, *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, Boitempo, São Paulo.
- Reis, A. C. 2008. *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*, Itaú Cultural, São Paulo.
- Rocha, L, 2018, Democracia e militarização no Rio de Janeiro: "pacificação", intervenção e seus efeitos sobre o espaço público, In: Leite, M., Rocha, L., Farias, J., Carvalho, M., (Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Mórula Editorial, Rio de Janeiro.
- Rose, N. 2011, *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*, Vozes, Petropolis.
- Roy, A., 2011, Slumdog Cities: rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*. Volume 35.2, 223-38.
- Rubim, A. *Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos*. Trabalho apresentado no III Enecult, UFBA, 2007. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbinoRubim.pdf>, consultado em 3/12/2018.
- Sader, Eder., 1988, *Quando novos personagens entram em cena*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Sánchez, F., Bienenstein, G., Leal de Oliveira, F., Novais, P. (Org.), 2014, *A Copa do Mundo e as Cidades: Políticas, Projetos e Resistências*, Niterói, Editora UFF.
- Sciré, C., 2012, *Consumo popular, fluxos globais*. Annablume, São Paulo.
- SEBRAE, 2002, *Aprender a Empreender*. Brasília: SEBRAE/Fundação Roberto Marinho.
- Silva, G., 2017, *Empreendimentos sociais, negócios culturais: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia da USP.
- Silva, G. M., 2018. *Ocupação: Cultural- Reflexões sobre sonhos e trabalho*. Dissertação de Mestrado, PPCULT/UFF, Niteroi.
- Singer, A., 2012, *Os Sentidos do Lulismo - Reforma gradual e pacto conservador*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Singer, A. 2018, *O Lulismo em crise*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Singer, A. e Loureiro, I. (orgs.), 2016, *As contradições do Lulismo – A que ponto chegamos?*, Boitempo, São Paulo.
- Soto, H., 2001, *O mistério do capital*. Record, Rio de Janeiro.
- Sposito, M., 1993, A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo social*. v. 5. n. 1-2.
- Telles, V. , Cabanes R., 2006, *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*, Humanitas, São Paulo.
- Telles, V. 2010, *A cidade nas fronteiras entre o legal e o ilegal*, Fino Traço, São Paulo.

- Telles, V., 2013, Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea – Revista de Sociologia da Ufscar*. São Carlos, v. 3, n. 2, pp. 359-373.
- Tommasi, L., 2013, Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Revista Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 12 - Nº 23 - Jan./Abr.*
- _____. 2014a. Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 6, no.2, maio-agosto, p. 287-311.
- _____. 2014b, Naturellement créatifs: pacification, entrepreneuriat et créativité dans les favelas cariocas. *Bresil(s)*. Sciences humaines et sociales 6, novembre : 55-74.
- Tommasi, L., Nogueira, M., & Corrochano, M. C., *Almanaque da Juventude e o Mundo do Trabalho*. Recife: Ação Educativa, FES, Redes e Juventudes, 2007.
- Tommasi, L. e Velazco, D., 2013, A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. *Revista do IEB*, n. 56.
- Turino, C. 2009, Ponto de cultura : o Brasil de baixo para cima / Célio Turino. - 2.ed. - Anita Garibaldi, São Paulo.
- Valladares, L. , 2005. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. FGV, Rio de Janeiro.
- Velazco, D. , 2014, *O discurso da “cidade integrada” no Rio de Janeiro e suas implicações no cotidiano de jovens moradores da Cidade de Deus*. Monografia de conclusão do Curso de graduação em Ciências Sociais. Niteroi: UFF
- Yúdice, G., 2006, *A conveniência da cultura: uso da cultura na era global*, Ed. UFMG, Belo Horizonte.